

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2019

**SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV****Concurso Público para preenchimento de vagas
Analista em Gestão Previdenciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada um busca forças quando se defronta com obstáculos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Mais vale prevenir do que remediar

Os dicionários trazem lições fundamentais, quanto ao justo sentido das palavras: costumam revelar o seu sentido de origem e o de seu emprego atual. Os provérbios também são esclarecedores: numa forma sintética, formulam lições que nascem do que as criaturas aprendem de suas próprias experiências de vida.

Veja-se, por exemplo, o que afirma o provérbio “Mais vale prevenir do que remediar”. **Prevenir** é “tomar a dianteira”, “antecipar”, tal como dispõe o dicionário. Uma palavra que serve de prima-irmã desse verbete é **precaver**: daí que preventes e precavidos seriam aqueles que preferem tomar medidas para não serem surpreendidos por fatos indesejáveis e incontornáveis. Nesse campo conceitual, a ideia comum é a valorização de iniciativas que se devem assumir para administrar o nosso destino até onde for possível. Sabemos todos, no entanto, que nem tudo se previne, e nem tudo tem remédio: vem daí outro provérbio popular, “o que não tem remédio, remediado está”. Como se vê, admite que nem tudo tem solução, ao passo que o provérbio que dá o título deste texto insiste em valorizar toda ação pela qual se busca, justamente, evitar a etapa da falta de remédio: prevenir.

Ainda caminhando pelos verbetes do dicionário e pelas falas dos provérbios, damos com a palavra **providência**, que tem o sentido comum de “decisão”, “encaminhamento”. Ocorre que se vier com a inicial maiúscula – **Providência** – estará fazendo subentender a ação divina, a expressão maior de um poder que nos rege a todos. Há quem confie mais na Providência divina do que em qualquer outra instância humana; mas é bom lembrar que há também o provérbio “Deus ajuda a quem cedo madruga”, no qual se sugere que a vontade divina conta com a disposição do nosso trabalho, do nosso empenho, da nossa iniciativa, para se dispor a nos ajudar. Não parece haver contradição alguma entre ter fé, confiar na Providência, e ao mesmo tempo acautelar-se, sendo providente. A ordem providencial e a ordem previdenciária podem conviver pacificamente, num sistema de reforço mútuo, por que não? A diferença entre ambas está em que a segunda conta com a qualidade da nossa gestão, de vez que seremos responsáveis não apenas pelo espírito de cautela que nos anima, mas sobretudo pelas medidas a tomar para que se administre no presente o que deve ser feito com vistas à garantia de um bom futuro.

(Júlio Ribas de Almeida, inédito)

1. O paralelo que o autor do texto estabelece entre os dicionários e os provérbios justifica-se porque
 - (A) ensinam, de modo sintético, o sentido essencial das palavras e a interpretação das experiências vividas.
 - (B) ajudam-nos a compensar pela livre fantasia a dureza do realismo pragmático que está no comando de nossas vidas.
 - (C) são complementares quando reforçam a carência de sentido das palavras cuja trajetória histórica nos seja desconhecida.
 - (D) propõem, em seu modo desenvolvido e descritivo, os cuidados que devemos tomar no uso da linguagem cotidiana.
 - (E) opõem-se quanto à finalidade, uma vez que o princípio educativo dos provérbios não resiste a uma consulta aos dicionários.

2. No segundo parágrafo do texto,
 - (A) os dois provérbios referidos devem ser entendidos como formas diferentes de enunciar uma mesma significação.
 - (B) explora-se o sentido negativo do que seja uma “prevenção”, na acepção que ela pode ter de “atitude preconceituosa”.
 - (C) cita-se por inteiro um provérbio com o qual se pode relativizar o que afirma o provérbio que dá o título ao texto.
 - (D) o autor insiste na ideia de que a sabedoria dos provérbios está em não se contradizerem em suas lições básicas.
 - (E) o conceito de “prevenir” é tomado no duplo sentido de antecipar o que é possível e de postergar o que é inevitável.

3. No terceiro parágrafo do texto, explicita-se a *diferença* entre *ordem providencial* e *ordem previdenciária*, com base no fato de que
 - (A) se caracterizam por bem distintos modelos de gestão.
 - (B) a prática de ambas tem demonstrado o quanto elas são inconciliáveis.
 - (C) são radicalmente antitéticas, embora a primeira decorra da segunda.
 - (D) apenas a primeira delas é administrável no plano da vida prática.
 - (E) apenas a segunda admite a possibilidade de algum planejamento.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *quanto ao justo sentido das palavras* (1º parágrafo) = em vista da justiça dos vocábulos.
 - (B) *numa forma sintética, formulam lições* (1º parágrafo) = trazem ensinamentos em feito conciso.
 - (C) *tal como dispõe o dicionário* (2º parágrafo) = à semelhança do que investiga o nosso vocabulário.
 - (D) *fazendo subentender a ação divina* (3º parágrafo) = deixando de contar com a Providência.
 - (E) *num sistema de reforço mútuo* (3º parágrafo) = num complexo de forças exclusivas.



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Caso se soubessem das palavras o significado exato, muitas delas não se utilizaria atoa, mas atentando do que de fato é seu sentido no dicionário.
 - (B) Se muitos acreditam que valem a pena tomar iniciativas diante do destino, sempre haverão os que preferem acautelar-se, com base na previsão possível dos fatos.
 - (C) São muito diversos, no caso das palavras *previdência* e *providência*, o que significam, por isso não se devem confundi-las e aplicar-lhes assim, sem conhecimento de causa.
 - (D) Para colocar em pauta a questão da gestão, o autor socorreu-se do caso da *previdência* que, ao contrário da *Providência*, cuja força ninguém duvida, é preferível de administrar.
 - (E) O autor sugere não haver qualquer incompatibilidade entre um ato de fé e a providência que alguém toma, acreditando que lhe seja útil no planejamento do futuro.
-
6. Há forma verbal na voz passiva em regular concordância com o sujeito em:
- (A) Caminha-se pelos verbetes de um dicionário aprendendo-se a significação que contém as palavras.
 - (B) Garante-se o convívio harmonioso entre a previdência e a Providência quando se respeita o que é próprio de cada uma.
 - (C) Não cabem aos descrentes recriminar os que depositam mais confiança na Providência do que na previdência.
 - (D) A inicial maiúscula em certas palavras, tal como ocorre com Providência, são capazes de lhes dar um sentido mais específico.
 - (E) Reservam-se aos dicionários a decisão final quanto ao sentido de cada uma das palavras que neles se apresentam.
-
7. A supressão da vírgula **altera** o sentido da frase:
- (A) Aprende-se muito, ao caminhar pelos verbetes de um bom dicionário.
 - (B) A cada vez que encontra uma palavra desconhecida, ele consulta um dicionário.
 - (C) Pode-se e deve-se confiar nos dicionários, cuja edição se faz com critério.
 - (D) Por pura preguiça, ele se esquia sempre de pesquisar palavras no dicionário.
 - (E) Ainda quando confiantes no sentido de uma palavra, devemos conferi-lo no dicionário.
-
8. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:
- (A) Eles reaveram sua credibilidade quando justificaram o sentido do termo que empregaram.
 - (B) Se não lhe convir, esqueça o dicionário, mas depois não venha a se arrepender.
 - (C) Tudo o que ela propora inspirada naquele provérbio acabou sendo ignorado.
 - (D) Mesmo que requerêssemos nova revisão, a edição do dicionário sairia prejudicada.
 - (E) Todos os esclarecimentos que lhes disporem os dicionários foram preciosos.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, baseie-se no texto abaixo.

[Modos de valor]

“O ouro é uma coisa maravilhosa”, escreveu Colombo, da Jamaica, aos reis de Espanha em 1503, “seu dono é o senhor de tudo que deseja; o ouro faz até mesmo as almas entrarem no paraíso”. A fé no padrão-ouro e a crença no paraíso cristão saíram combatidas do correr dos séculos, mas o poder do dinheiro se mantém incólume.

O que lhe dá essa força? Papel-moeda ou bit digital, o poder do dinheiro na sua carteira depende da falta dele na carteira dos demais. Se os outros não precisassem dele nem o desejassem, o dinheiro de nada valeria. O dinheiro é poder de mando sobre o trabalho e os bens disponíveis no mercado, mas ele vai muito além disso: o dinheiro representa uma singular fonte de poder nas relações interpessoais – tem o dom de proporcionar ao seu possuidor a renda psíquica suplementar de um especial comando sobre a atenção, o respeito, a deferência e o afeto alheios.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016, p. 107-108)

9. O autor do texto faz reconhecer que o dinheiro
- (A) tem no mercado, assim como o ouro, uma cotação de valor flutuante e pouco segura.
 - (B) importa como poder de compra e como fator de identidade e *status* social.
 - (C) opera sobretudo como uma disposição psíquica para impor regras ao mercado.
 - (D) tanto mais vale quanto mais carência dele sente quem administra sua circulação.
 - (E) liga-se diretamente ao trabalho, dependendo deste para fazer valer o poder de compra.



10. Da afirmação *o poder do dinheiro na sua carteira depende da falta dele na carteira dos demais* deve-se deduzir que
- (A) o poder de compra do dinheiro é limitado pela oferta de bens.
 - (B) o valor do dinheiro estabelece, por si mesmo, uma distribuição viciosa das riquezas.
 - (C) a disponibilidade de dinheiro na sociedade abre-se para quem faz por merecê-lo.
 - (D) a respeitabilidade pessoal é o principal objetivo de quem poupa seu dinheiro.
 - (E) o dinheiro tem nos limites de sua distribuição a condicionante básica de seu valor.
-
11. Se os outros não precisassem dele nem o desejassem, o dinheiro de nada valeria.
- O sentido e a correção da frase acima estarão resguardados numa nova redação, iniciando-a agora por **O dinheiro de nada valeria** e complementando-a com o segmento
- (A) ainda que os outros não o desejassem nem lhe necessitassem.
 - (B) mesmo porque aos outros não seria necessário nem desejado.
 - (C) caso os outros dele não carecessem nem o ambicionassem.
 - (D) a menos que não fosse desejado tanto quanto carecido pelos outros.
 - (E) na hipótese de que os outros não lhe valorizassem nem lhes fizesse falta.
-
12. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) A distribuição dos benefícios da riqueza não (**costumar**) se pautar pelo mérito pessoa.
 - (B) A poucos (**importar**) saber se é justa ou não a distribuição das riquezas disponíveis.
 - (C) Há quem julgue as qualidades alheias pelo montante de dinheiro de que (**derivar**).
 - (D) O padrão-ouro despertou em muitos a certeza de que jamais se (**depreciar**).
 - (E) Há os que veem no dinheiro uma reparação para o sacrifício que lhes (**cabem**).

Atenção: Para responder às questões de números 13 a 15, baseie-se no texto abaixo.

[Desconfiar para criar]

Atenção, escritores: desconfiar da observação direta. Um romancista de lápis em punho no meio da vida – esse acaba fazendo apenas reportagens.

Melhor esperar que a poeira baixe, que as águas resserenem, deixar tudo à deriva da memória. Porque a memória escolhe, recria.

Quanto ao poeta, este nunca se lembra, propriamente; inventa.

E por isso é que ele fica muito mais perto da verdadeira realidade.

(Adaptado de: QUINTANA, Mário. **Na volta da esquina**. Porto Alegre: Editora Globo, 1979, p. 89)

13. Ao afirmar que um escritor deve *desconfiar da observação direta*, o cronista e poeta Mário Quintana mostra-se convicto de que
- (A) o discurso da ficção e a linguagem da reportagem podem influenciar-se reciprocamente, para ganho de ambas.
 - (B) a linguagem da imaginação e a da invenção de um escritor não se confundem com a de uma simples reportagem.
 - (C) um romancista não pode nem deve confiar em seus olhos ou em suas experiências mais pessoais.
 - (D) um romancista pode conseguir expressar, melhor do que um poeta, sua análise da realidade que fotografa.
 - (E) a desconfiança quanto ao poder expressivo das palavras estimula um escritor a produzir com qualidade crescente.
-
14. Está clara e correta quanto à redação, e coerente com o sentido do texto, a seguinte frase:
- (A) Deixar *que a poeira baixe* é uma forma que cabem aos escritores para respirar antes de criar.
 - (B) Ao utilizar a expressão *de lápis em punho*, o autor ironiza a triste condição de um escritor sem armas.
 - (C) Esperar *que as águas resserenem* equivale a dizer que a memória, de cujo poder é absoluta, perturba a invenção.
 - (D) O autor deixa ver que seu conceito de *verdadeira realidade* inclui a invenção que é própria do poeta.
 - (E) A memória dos poetas, ainda que usual, supõe-se que seja mais frágil do que a capacidade de inventar, da qual recorrem.
-
15. Considere as seguintes orações:
- I. O poeta é um artista imaginoso.
 - II. O poeta vale-se da capacidade de inventar.
 - III. O poeta não é um fotógrafo da realidade.
- Essas três orações, em nova redação, integram-se com correção e clareza neste período único:
- (A) Ser um fotógrafo da realidade não é a função de um poeta, sua capacidade está em imaginar e inventar.
 - (B) A capacidade de inventar de um poeta, ao contrário de um fotógrafo da realidade, condiz com ele ser imaginoso.
 - (C) Desde que não seja um fotógrafo da realidade, a imaginação do poeta se vale da capacidade de inventar.
 - (D) Ainda que fosse um fotógrafo da realidade, não deixaria um poeta imaginoso de se dedicar à invenção.
 - (E) Por ser um artista imaginoso, e para não se confundir com fotografar a realidade, um poeta mostra-se capaz de inventar.



Tecnologia da Informação

16. O Windows 10, em português, possui os modos de inicialização **normal**, que carrega todos os *drivers* de dispositivos e serviços; **de diagnóstico**, que carrega apenas dispositivos e serviços básicos; e **seletiva**, em que o usuário pode selecionar o que quer carregar na inicialização. Após notar um problema no funcionamento do Windows, um usuário deseja definir o modo de inicialização de diagnóstico. Para chegar à janela onde será possível escolher tal modo de inicialização, pressionou a combinação de teclas Windows + R e, na janela de execução, digitou um comando e clicou no botão OK. O comando correto digitado pelo usuário foi
- (A) msinit
(B) msmode
(C) restartmode
(D) msconfig
(E) winsetup

17. No Microsoft Word 2013, em português, após selecionar um trecho de texto formatado e copiá-lo por meio da combinação de teclas CTRL + C, deseja-se colar o texto na posição do cursor, SEM a formatação original. Para isso deve-se
- (A) pressionar a combinação de teclas CTRL + V.
(B) clicar em Colar Especial na guia Página Inicial, selecionar a opção Desvincular e clicar em OK.
(C) pressionar a combinação de teclas CTRL + ALT + V, selecionar Texto não formatado e clicar em OK.
(D) clicar em Colar Especial na guia Editar, selecionar a opção Texto Unicode e clicar em OK.
(E) pressionar a combinação de teclas CTRL + SHIFT + V, selecionar Texto não formatado e clicar em OK.

18. Considere na planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português, que, hipoteticamente, mulheres possam se aposentar com 30 anos ou mais de contribuição e homens com 35 anos ou mais de contribuição.

	A	B	C	D
1	Nome	Sexo	Tempo de contribuição	Aposenta?
2	Maria	Feminino	29	NÃO
3	Pedro	Masculino	35	SIM
4	Paulo	Masculino	34	NÃO
5	Ana	Feminino	30	SIM
6	Paula	Feminino	31	SIM

Na célula D2 foi digitada uma fórmula que contempla a regra para aposentadoria para homens e mulheres, mostrando SIM quando a aposentadoria é permitida e NÃO quando não é. Esta fórmula, após digitada na célula D2, foi arrastada pela alça de preenchimento até a célula D6, mostrando os resultados que estão visíveis. A fórmula correta é

- (A) =SE (B2="Feminino"&C2>=30;"SIM";SE (B2="Masculino"&C2>=35;"SIM";"NÃO"))
(B) =SE (B2="Feminino" | |C2>=30;"SIM";SE (B2="Masculino" | |C2>=35;"SIM";"NÃO"))
(C) =SE (B2="Feminino";SE (C2>=30;"SIM");SE (B2="Masculino";SE (C2>=35;"SIM");"NÃO"))
(D) =SE (B2="Feminino" .E. C2>=30;"SIM";SE (B2="Masculino" .E. C2>=35;"SIM";"NÃO"))
(E) =SE (B2="Feminino";SE (C2>=30;"SIM";"NÃO");SE (B2="Masculino";SE (C2>=35;"SIM";"NÃO")))
19. Como solução para auxiliar no uso de correio eletrônico em uma organização, o IBM Verse
- (A) possui recursos para gerenciamento de contas de *e-mail*, porém, não permite acessar funcionalidades por meio de atalhos de teclado.
(B) possui versões para *desktop*, *web*, *cloud* e *mobile* (somente para dispositivos com sistema operacional Android).
(C) não pode ser utilizado desconectado da internet, pois necessita de sincronização com os servidores das contas de *e-mail* gerenciadas.
(D) permite marcar uma mensagem de *e-mail* como *Needs Action*, indicando que tal mensagem requer que se faça algo, como enviar uma resposta na próxima semana.
(E) permite que um usuário compartilhe seu calendário, mas não permite que ele veja a disponibilidade de calendário de outros usuários da mesma organização.

20. Um usuário do Mozilla Firefox versão 69.0.3 (64-bits) deseja que sempre que fizer um novo *download* seja perguntado em que pasta o arquivo a ser baixado deverá ser salvo. Para acessar a janela onde será possível realizar esta configuração ele deverá digitar, na barra de endereço do navegador, a instrução
- (A) about:preferences
(B) mozilla://settings
(C) firefox:preferences
(D) settings://download
(E) setup://preferences

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Diante do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos:
- (A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia em dinheiro.
 - (B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização estatal, sendo, contudo, após a sua constituição, vedada a interferência do Estado em seu funcionamento.
 - (C) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ainda que seu conteúdo possa causar risco à segurança da sociedade e do Estado.
 - (D) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - (E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

22. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Simon, nascido na Inglaterra, de mãe irlandesa, durante período em que seu pai estava naquele país como embaixador da República Federativa do Brasil, reside no território brasileiro há um ano.
- II. Fritz, nascido na Alemanha, naturalizado brasileiro há dezessete anos, reside e exerce legalmente a advocacia no Brasil há quinze anos ininterruptos.
- III. Brigitte, nascida na França e naturalizada brasileira há dois anos, é processada e condenada no exterior pela prática de tráfico internacional de entorpecentes ocorrido há seis anos.

À luz da Constituição Federal, considerados apenas os elementos fornecidos,

- (A) Fritz poderá ser nomeado embaixador, mas não poderá ser nomeado Ministro das Relações Exteriores, ao passo que Simon é considerado brasileiro naturalizado.
- (B) Brigitte não poderá ser extraditada em razão de ter se naturalizado brasileira, ao passo que Fritz poderá ocupar qualquer cargo da carreira diplomática.
- (C) Simon é considerado estrangeiro, ao passo que Brigitte poderá ser extraditada.
- (D) Simon é considerado brasileiro nato, ao passo que Fritz não poderá ocupar qualquer cargo da carreira diplomática.
- (E) Brigitte não poderá ser extraditada, ao passo que Fritz poderá ser nomeado tanto embaixador como Ministro das Relações Exteriores.

23. Considere as seguintes competências dos entes da federação brasileira:

- I. instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- II. organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- III. zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- IV. fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- V. promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Com base no que dispõe a Constituição Federal, são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios APENAS as referidas em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) III, IV e V.

24. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as disposições gerais da Administração pública,

- (A) somente por lei complementar poderá ser autorizada a criação de autarquia e criada empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, em todos os casos, definir as áreas de suas atuações.
- (B) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (C) os atos de improbidade administrativa importarão na perda dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível.
- (D) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, exclusivamente, nos casos de dolo ou fraude.
- (E) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.



25. Ao dispor sobre Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso, a Constituição Federal estabelece que
- (A) o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
 - (B) entende-se, exclusivamente, como entidade familiar a comunidade formada por ambos os pais e seus descendentes.
 - (C) fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é decisão conjunta do Estado e do casal, competindo ao primeiro propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito.
 - (D) a lei estabelecerá o plano nacional de juventude, de duração anual, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.
 - (E) o casamento é civil e gratuita a sua celebração, exclusivamente para quem for reconhecidamente pobre, na forma da lei.

Direito Administrativo

26. A revogação do ato administrativo demanda, dentre outros requisitos,
- (A) edição de ato administrativo veiculando a decisão discricionária de revogação, presentes fundamentos de interesse público que decorram de substrato fático superveniente.
 - (B) autorização da autoridade superior àquela que emanará a decisão, cuja motivação deverá ser discricionária, por razões de conveniência e de oportunidade.
 - (C) verificação da presença de vícios de legalidade não sanáveis para subsidiar a natureza vinculada da decisão.
 - (D) prévia oitiva dos particulares interessados direta ou indiretamente na decisão, cujos fundamentos poderão ser de oportunidade, conveniência ou legalidade.
 - (E) demonstração de fatos supervenientes que permitam identificar vícios de legalidade já presentes no ato administrativo quando de sua edição original.
-
27. As autarquias são pessoas jurídicas integrantes da Administração pública indireta, que podem ter receitas próprias e receber recursos orçamentários e financeiros do erário público. No caso de uma autarquia auferir receitas próprias em montante suficiente para suportar todas as despesas e investimentos do ente,
- (A) fica excepcionada a aplicação do regime jurídico de direito público durante o período em que perdurar a condição de pessoa jurídica não dependente.
 - (B) poderá realizar contratações efetivas sem a necessidade de prévio concurso público, diante da não incidência da regra para os entes da Administração pública indireta que não sejam dependentes.
 - (C) permanece sujeita aos princípios e regras que regem a Administração pública, tais como a impenhorabilidade de seus bens, exigência de autorização legislativa para alienação de bens imóveis e realização de concurso público para admissão de servidores, com exceção de comissionados.
 - (D) permanecerá obrigada à regra geral de licitação para firmar contratos administrativos, com exceção das hipóteses de alienação de bens imóveis, porque geram receita como resultado.
 - (E) ficará equiparada, em direitos e obrigações, às empresas estatais não dependentes, que podem adquirir bens e serviços sem prévia realização de licitação, mas têm patrimônio sujeito à penhorabilidade e prescritibilidade.
-
28. O poder regulamentar e o poder de polícia exercidos pela Administração pública possuem em comum
- (A) a possibilidade de instituição de direitos e obrigações por meio de atos administrativos de natureza originária.
 - (B) a delimitação da produção de efeitos ao âmbito interno da Administração pública.
 - (C) o antagonismo com o poder disciplinar, posto que somente este possibilita edição de atos normativos originários, pois os demais poderes são todos de natureza derivada.
 - (D) a possibilidade de projetarem efeitos externos à Administração pública, atingindo interesses, direitos e obrigações dos administrados, respeitados os direitos e garantias individuais.
 - (E) a identidade de fundamento com o poder hierárquico, que se destina aos administrados integrantes da esfera funcionalmente vinculada à Administração pública.



29. No âmbito da Administração indireta, os servidores públicos funcionalmente vinculados às pessoas jurídicas que a integram
- (A) submetem-se obrigatoriamente ao regime celetista e, como tal, não estão sujeitos à realização de concurso público para admissão, mas podem figurar como sujeito ativo de ato de improbidade.
 - (B) podem figurar como sujeito ativo de ato de improbidade desde que tenham vínculo duradouro, sem caráter comissionado.
 - (C) sujeitam-se obrigatoriamente ao regime celetista, que abrange a estabilidade após 3 anos de investidura, vedada a nomeação para emprego em comissão.
 - (D) podem figurar como sujeitos ativos de atos de improbidade, que admitem conduta culposa ou dolosa, independentemente da modalidade.
 - (E) são abrangidos pelo conceito de agente público para fins de tipificação de ato de improbidade, não sendo relevante, para essa finalidade, a natureza do vínculo funcional.
-
30. A autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo
- (A) instituído por meio de contrato administrativo, porque depende de consenso das partes.
 - (B) que possibilita a Administração pública apreender, penhorar e executar administrativamente bens do administrado devedor, independente de prévio consenso e da natureza da dívida.
 - (C) por meio do qual as decisões da Administração pública são impostas a terceiros, independentemente da concordância dos mesmos.
 - (D) que autoriza a Administração pública a executar suas próprias decisões, sem autorização do poder judiciário, observados os limites da legislação pertinente.
 - (E) que decorre do atributo da finalidade, possibilitando a antecipação dos efeitos da decisão final.
-
31. Uma sociedade de economia mista contratou a execução de obras de reforma das instalações de sua sede. A execução da obra foi regular, mas a empresa não logrou êxito em quitar integralmente preço devido ao contratado, diante de intercorrências externas que impactaram seu orçamento. A empresa contratada, então, ajuizou ação judicial para recebimento de seu crédito, cuja quitação
- (A) será obrigação da Administração central, tendo em vista que se trata de pessoa jurídica integrante da Administração indireta.
 - (B) não é devida, tendo em vista que a inadimplência da empresa não se deu por culpa ou dolo.
 - (C) será objeto de precatório expedido contra o ente federado ao qual a empresa está submetida, para que o pagamento seja feito observando a ordem cronológica de requisições de mesma natureza.
 - (D) não poderá incidir sobre recursos e patrimônio da empresa, tendo em vista que as sociedades de economia mista são constituídas para a prestação de serviços públicos, sendo seus bens impenhoráveis.
 - (E) deverá ser demandada diretamente da empresa, inclusive com possibilidade de penhora de seus bens que não estejam afetados à prestação de serviços públicos, caso seja esta a finalidade social da mesma.

Direito Previdenciário

32. Dependentes são aqueles que, apesar de não contribuírem para a seguridade social, podem vir a receber benefícios previdenciários, em razão de relação de parentesco ou afetiva com o segurado. Nesse tema,
- (A) a relação de dependentes é definida taxativamente pela legislação previdenciária.
 - (B) é o segurado quem escolhe quem serão seus dependentes para fins de pensão por morte.
 - (C) para que receba o benefício, o interessado deverá sempre demonstrar dependência econômica do segurado.
 - (D) irmão com deficiência mental não necessita provar que era dependente economicamente do segurado.
 - (E) a dependência econômica dos pais do segurado é presumida pela lei.
-
33. João e Maria, em união estável, tiveram um filho, Pedro, hoje com 10 anos. Depois da separação do casal, como nenhum dos pais cumpria o dever de cuidado do menino, foi deferida judicialmente a guarda da criança para o avô Paulo, com quem Pedro passou a viver. Alguns anos depois, Paulo faleceu, e surgiu a questão de saber se o menor teria direito à pensão pela morte do avô. Com base na jurisprudência dominante do STJ,
- (A) apenas teria o menor direito à pensão caso seus pais estivessem sido destituídos previamente do poder familiar.
 - (B) não faz jus à pensão por ausência de previsão na Lei nº 8.213/1991 de que o menor sob guarda é considerado dependente do guardião.
 - (C) o menor teria direito à pensão avoenga apenas se seus pais fossem falecidos.
 - (D) ao menor sob guarda deve ser assegurado o direito ao benefício da pensão por morte do avô guardião.
 - (E) o menor terá direito à pensão desde que seja incluído previamente pelo avô no rol de seus dependentes junto ao órgão previdenciário.



34. Carlos trabalhou por 30 anos como empregado de empresa de informática e, por pouco mais de 5 anos por conta própria, na área de *software*, perfazendo mais de 35 anos de tempo de contribuição. Lamentavelmente faleceu em acidente de carro, não deixando dependentes. Carlos não poderá fruir por si ou por dependentes de benefícios previdenciários decorrentes de suas contribuições, nem caberá restituição desses valores a eventuais herdeiros. O princípio da seguridade social que justifica essa situação é o princípio
- (A) da universalidade da cobertura.
 - (B) da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
 - (C) da solidariedade.
 - (D) da diversidade da base de financiamento.
 - (E) do caráter democrático da gestão do sistema previdenciário.
-
35. O constituinte preocupou-se com o segurado especial e assim preceitua no texto constitucional: o produtor, o parceiro, o seringueiro, o extrativista, o meeiro e o arrendatário rural e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, e contribuam para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção farão jus aos benefícios nos termos da Lei nº 8.213/1991. Sob esses requisitos constitucionais e à luz da referida lei, é correto afirmar que se enquadra como segurado especial
- (A) o produtor ou arrendatário rural, que explore atividade agropecuária em área de até 8 módulos fiscais.
 - (B) o seringueiro ou extrativista que exerça suas atividades nos termos da lei e faça dessas atividades o principal meio de vida, desde que em área até 4 módulos fiscais.
 - (C) filho maior de 12 anos de idade, desde que comprovadamente trabalhe com o grupo familiar respectivo.
 - (D) pescador artesanal ou a este assemelhado, desde que não faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
 - (E) arrendatário rural que seja produtor e explore atividade agropecuária em área de até 4 módulos rurais.
-
36. Técnico em Informática, Bill foi empregado de empresas da área de TI durante 20 anos. Necessitando de maior flexibilização no horário, há 5 anos passou a trabalhar por conta própria (pessoa física) prestando assessorias a diversas empresas – que ele mesmo seleciona – na área de *software*, sem subordinação. Bill mantém em dia o recolhimento das contribuições. A categoria tipificada para Bill é o segurado
- (A) obrigatório especial.
 - (B) obrigatório trabalhador avulso.
 - (C) obrigatório individual.
 - (D) facultativo.
 - (E) obrigatório empregado.
-
37. Aposentadoria por invalidez é benefício previdenciário devido ao segurado acometido de incapacidade relevante para o exercício da atividade remunerada que habitualmente exercia. Está entre os requisitos para concessão ou manutenção desse benefício:
- (A) Apresentação de laudo médico a cargo do segurado a ser apresentado por ocasião do requerimento administrativo no INSS.
 - (B) A consideração pelo juiz, a par da incapacidade para o trabalho, das condições pessoais e sociais do segurado.
 - (C) O cumprimento da carência de 12 contribuições mensais para as hipóteses de doença profissional ou acidente de trabalho.
 - (D) Estar o segurado, previamente ao requerimento administrativo, no gozo de auxílio-doença.
 - (E) Ficar comprovado em laudo do INSS que, em virtude da condição de incapacidade, o segurado necessita da assistência permanente de terceiros.
-
38. Além dos segurados, a lei prevê os dependentes como beneficiários da Previdência Social. Os dependentes do segurado são os enumerados nos incisos I a III do art. 16 da Lei nº 8.213/1991, definindo 3 classes (I a III). Nesse tema,
- (A) os dependentes da classe I são preferenciais, afastando em caso de concurso os da classe II e III.
 - (B) a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, presumindo-se a necessidade econômica superveniente.
 - (C) o parceiro homoafetivo é considerado dependente de segurado(a), pois se trata de relação capaz de criar a instituição familiar. Deverá, todavia, demonstrar a dependência econômica.
 - (D) o benefício recebido por dependente preferencial (classe I), uma vez cessado, será transferido aos eventuais dependentes das classes inferiores (II e III).
 - (E) para fins de pensão previdenciária, a dependência econômica dos genitores em relação aos filhos necessita ser exclusiva.



39. A seguridade social no Brasil consiste no conjunto integrado de ações que visam assegurar os direitos fundamentais à saúde, à assistência social e à previdência social, de iniciativa do Poder Público e de toda a sociedade. Com base nos princípios que norteiam a seguridade social, é correto afirmar que:
- (A) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos em lei.
 - (B) A previdência social, por fazer parte da Seguridade Social, é direito de todos e dever do Estado.
 - (C) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, adotando o sistema contributivo na formação de seu orçamento.
 - (D) Segundo o princípio da precedência da fonte de custeio, nenhuma contribuição social poderá ser criada sem o correspondente benefício ou serviço da seguridade.
 - (E) É vedada a filiação ao regime geral da previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Legislação

40. João, servidor público efetivo, submetido ao regime da Lei nº 10.261, de 1968, foi demitido por justa causa por decisão proferida em processo administrativo disciplinar. Inconformado, recorreu ao Judiciário alegando que a decisão administrativa era nula, por ofensa ao devido processo legal. A sentença judicial anulou a decisão administrativa, tendo transitado em julgado. Nesse caso, João
- (A) tem direito a ser reintegrado ao serviço público, mas não no cargo anteriormente ocupado, que, na vacância, foi provido.
 - (B) será indenizado se a decisão judicial tiver passado em julgado após 10 anos da decisão administrativa, pois neste caso não poderá reingressar no serviço público.
 - (C) será readmitido no serviço público, por decreto de readmissão, mas sem direito ao ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.
 - (D) será reintegrado no cargo que anteriormente ocupava, por decreto de reintegração, e com direito ao ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.
 - (E) reingressará ao serviço público em cargo de livre escolha e nomeação, dado que seu cargo de origem foi extinto, o que permite e legitima o reingresso em cargo outro cuja situação funcional seja mais vantajosa, se comparada ao vínculo original.
-
41. Considere que autoridade administrativa competente para exarar ato administrativo o fez apresentando motivação fundada em manifestações e pareceres proferidos no bojo do respectivo processo administrativo, regulado pela Lei nº 10.177, de 1998. O referido ato administrativo é
- (A) inválido por falta de motivação, pois esta não pode se dar por remissão.
 - (B) inválido por desatender o pressuposto legal motivação, mas sujeito à convalidação, desde que aquela seja trazida aos autos do processo administrativo em momento anterior à possível impugnação.
 - (C) válido, pois a motivação não é pressuposto legal do ato administrativo, que, desde que exarado por autoridade competente, pode prescindir de motivo e motivação.
 - (D) válido, desde que atenda os demais pressupostos legais e regulamentares para sua edição, pois presente, no caso, a motivação.
 - (E) sujeito à anulação, de ofício ou por provocação do interessado, pois apresenta vício de motivo.
-
42. Considere que, publicada uma lei estadual, para que possa produzir todos os seus efeitos, há a necessidade de regulamentá-la. Para tanto, faz-se necessário
- (A) editar decreto regulamentar, ato de competência privativa do Chefe do Executivo.
 - (B) aprovar outra lei, que é de iniciativa exclusiva do Governador do Estado.
 - (C) editar resolução, ato de competência do Secretário de Estado em cuja área de atuação o regulamento incidirá.
 - (D) editar decreto que, nos termos da Lei nº 10.177, de 1998, prescinde de exposição de motivos e pode cuidar de matéria correlata à lei, mas por ela não tratada.
 - (E) editar regulamento, que pode ser veiculado por resolução ou portaria, a depender do campo de incidência da lei a ser regulamentada.



43. Determinado agente público estadual comissionado tem direito a carro oficial para ser utilizado no exercício de suas funções. Considere que o referido agente tem feito uso desse direito para seus familiares, em especial para conduzir seus filhos às atividades escolares. A conduta do agente,
- (A) a despeito de violar o código de ética, somente poderá ser apurada se for objeto de denúncia, cabendo ao denunciante demonstrar o efetivo prejuízo causado aos cofres públicos.
 - (B) viola o código de ética da Administração Pública Estadual, razão pela qual poderá ser instaurado, de ofício ou em razão de denúncia, procedimento para apuração dos fatos, de competência da Comissão Geral de Ética.
 - (C) a despeito de ferir o princípio da moralidade, não viola o código de ética da Administração Pública Estadual, pois este não se aplica aos servidores comissionados, mas aos servidores públicos titulares de cargo efetivo e aos titulares de cargo de alta direção.
 - (D) não viola o código de ética, porquanto, em razão dos usos e costumes, é administrativamente aceita.
 - (E) somente poderá ser objeto de apuração pela Comissão de Ética na hipótese de o referido agente ter expressamente aderido aos termos do Código de Ética no momento da investidura.
-
44. Considere que foram apuradas insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. Nos termos da Lei nº 1.010, de 2007, nesta hipótese,
- (A) o pagamento de benefícios previdenciários deve cessar, devendo ser reestabelecido quando novamente atingido o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) devem ser aumentadas, por decisão dos Conselhos de Administração e Fiscal da SPPREV, as alíquotas de contribuição previdenciária, na proporção necessária ao reequilíbrio financeiro e atuarial.
 - (C) o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura das insuficiências financeiras, observada a insuficiência apurada em cada um dos Poderes e órgãos autônomos.
 - (D) o Estado de São Paulo não é responsável pela cobertura das insuficiências financeiras, pois o regime deve observar normas gerais de contabilidade e atuária.
 - (E) o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura das insuficiências financeiras do RPPS, e a União pela do RPPM.

Gestão Orçamentária e Financeira

45. Considere que o Estado esteja enfrentando dificuldade financeira, em função da queda de arrecadação de impostos, para honrar suas obrigações perante a SPPREV em relação à insuficiência financeira dos Regimes Previdenciários Próprios dos Servidores – RPPS administrados pela Autarquia. Aventou-se, como forma de obtenção de receita extraordinária para cobertura de tal déficit, a possibilidade de alienação de imóveis de propriedade do Estado e a destinação do produto da venda à tal finalidade. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), tal destinação afigura-se juridicamente
- (A) viável, se tal destinação constar de lei, configurando exceção à regra que veda aplicação de receita de capital a despesas correntes (de pessoal e custeio).
 - (B) inviável, por configurar violação à denominada “regra de ouro”, que proíbe cobertura de quaisquer despesas correntes com recursos provenientes da alienação de bens de capital.
 - (C) viável, desde que adotado o modelo de capitalização e o produto da alienação dos imóveis seja destinado a fundo de previdência complementar constituído para tal finalidade.
 - (D) viável apenas para cobertura das contribuições correntes do Estado ao RPPS, vedada a destinação para cobertura de insuficiências financeiras ou atuariais.
 - (E) inviável, eis que a LRF admite, como exceção à denominada “regra de ouro”, a destinação de receitas de capital apenas para cobertura de obrigações do Estado junto à União, incluídas aquelas perante o Regime Geral de Previdência Social.
-
46. Suponha que a SPPREV tenha contratado a reforma de imóvel de sua propriedade e, no decorrer da execução do objeto, tenha sido verificada a necessidade de ampliação dos quantitativos inicialmente contratados. Diante do ocorrido, a autarquia pretende aditar o contrato para prever os acréscimos necessários. Contudo, identificou que os créditos orçamentários destinados ao referido contrato não são suficientes para suportar as despesas do referido aditamento. Analisando a situação sob a ótica da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 4.320/1964, pode-se concluir que referido aditamento
- (A) é vedado, por constituir burla ao procedimento licitatório, sendo obrigatória a abertura de novo certame, o que somente será possível com a indicação da correspondente dotação orçamentária.
 - (B) é possível, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, mediante o remanejamento de recursos de outras fontes de despesa ou abertura de crédito adicional ou suplementar.
 - (C) somente será possível se houver restos a pagar suficientes para cobertura das despesas dele decorrentes, sendo limitado a 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (D) não é possível, eis que aumentos de despesas havidos no curso do exercício devem ser suportados integralmente com as dotações constantes da Lei Orçamentária Anual, vedada a abertura de créditos especiais.
 - (E) é possível, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato, devendo ser precedido da abertura de crédito especial suplementar para suportar as despesas correspondentes.



47. Considere que o Governador tenha encaminhado à Assembleia Legislativa projeto de lei para instituição de taxa a ser cobrada de usuários de serviços públicos pela obtenção de certidões, cuja receita será destinada à cobertura dos custos de emissão, prevendo a cobrança a partir da data de publicação da Lei. No que concerne à constitucionalidade do projeto de lei, à luz das disposições constitucionais relativas ao Sistema Tributário Nacional, constata-se que o mesmo é
- (A) inconstitucional, pois somente se admite a instituição de taxas pelo exercício do poder de polícia, devendo os serviços públicos colocados à disposição da população, mesmo que específicos e divisíveis, ser custeados por impostos.
 - (B) inconstitucional, eis que é vedada a cobrança de tributos, inclusive taxas, no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui e também antes de decorridos noventa dias da data de publicação da mesma lei.
 - (C) constitucional, não se aplicando às taxas os princípios da anualidade e a noventena aplicáveis aos impostos, mas apenas o princípio da anterioridade, que veda a incidência de quaisquer tributos sobre fatos geradores pretéritos.
 - (D) constitucional, desde que o decreto regulamentar determine a cobrança da taxa após noventa dias da publicação da lei, eis que as taxas, embora não sujeitas ao princípio da anualidade, devem observar a noventena constitucionalmente exigida para sua cobrança.
 - (E) inconstitucional, pois apenas a União pode instituir taxas e contribuições sociais, devendo os demais entes federativos custear seus serviços públicos integralmente com a receita dos impostos de sua competência tributária.

Recursos Humanos

48. A Avaliação de Desempenho Individual, instituída pelo Decreto nº 58.079/2012, no âmbito da SPPREV,
- (A) é direcionada exclusivamente a empregados ocupantes de empregos públicos permanentes, não se aplicando aos comissionados e àqueles designados para funções de supervisão e gerência.
 - (B) é utilizada exclusivamente para fins de progressão funcional, de acordo com o Plano de Carreiras vigente, vedada a utilização de seus resultados para concessão de quaisquer prêmios de incentivo.
 - (C) contempla autoavaliação e avaliação pelo superior imediato, com peso, respectivamente, de 40% e 60%, contando, também, com Plano para Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional.
 - (D) pressupõe, para sua aplicação, o efetivo exercício do empregado no cargo por pelo menos metade do período correspondente ao ciclo de desempenho, vedada a aplicação para os afastados por mais de 180 dias.
 - (E) é atrelada ao Plano de Metas da SPPREV, aprovado anualmente por Decreto do Governador, correspondendo à aferição da contribuição do empregado para a consecução dos resultados almejados.
49. Suponha que empregado da SPPREV tenha sido acometido de doença grave e esteja afastado do trabalho com concessão de auxílio-doença pelo órgão previdenciário. Do ponto de vista da manutenção de seu vínculo com a autarquia, na forma disciplinada pela CLT,
- (A) a autarquia não poderá rescindir o contrato de trabalho durante a vigência do benefício previdenciário, podendo, contudo, proceder à aposentadoria por invalidez do empregado em caso de afastamento superior a 90 dias.
 - (B) opera-se a interrupção do contrato de trabalho, que não pode ser superior a 90 dias, após o que o mesmo será automaticamente suspenso, com cessação do pagamento da remuneração.
 - (C) o contrato de trabalho permanecerá vigente para todos os seus efeitos, inclusive remuneratórios, podendo, contudo, ser suspenso em face de perícia médica que comprove a ausência de motivos para a concessão do benefício.
 - (D) o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício, com a correspondente suspensão do contrato de trabalho.
 - (E) o afastamento superior a 90 dias constitui condição que confere ao empregador a prerrogativa de demissão motivada do empregado, o qual, contudo, pode optar pela apresentação de pedido de aposentadoria por invalidez.

50. No que concerne à progressão dos empregados da SPPREV no âmbito das respectivas carreiras, na forma disciplinada pela Lei Complementar nº 1058/2008, tem-se que
- I. poderá atingir até 20% do contingente integrante de cada grau da respectiva classe da carreira existente na data de abertura de cada processo.
 - II. depende do cumprimento de interstício mínimo de 3 anos, computado sempre o tempo de efetivo exercício do empregado no grau da classe em que estiver enquadrado o emprego público.
 - III. consiste na elevação do empregado à classe imediatamente superior da respectiva carreira, mediante aprovação em prova de conhecimentos específicos.

Esta correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.